



**Tribunal de Contas**  
**Mato Grosso**  
**TRIBUNAL DO CIDADÃO**

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**  
Conselheiro Substituto Luiz Henrique Lima  
Telefones: (65) 3613-7188 / 2955

## **AUDITORIA OPERACIONAL SOBRE O SISTEMA PRISIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO**

### **FORMULÁRIO 7. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

**Equipe de Auditoria: Oziel Martins da Silva e Clovis de Almeida Godoi Junior**

**Coordenador: Oziel Martins da Silva**

**Supervisor: Rosilene Guimarães e Silva**

**Secretário de Controle Externo: Francisney Liberato Batista Siqueira**

**Cuiabá-MT, 24 de novembro de 2017.**



## FORMULÁRIO 7. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO MT

### Instruções:

- As perguntas buscam diagnosticar a integração entre os órgãos da execução penal e a situação do sistema prisional.
- Caso algum item não se aplique ao contexto do estado ou caso não seja possível respondê-lo objetivamente, deixe o item em branco e informe sobre a impossibilidade de resposta no campo aberto, ou escreva 'Não se aplica' ao lado do item.
- Esse questionário deve ser preenchido e entregue ao Tribunal de Contas do Estado nas duas formas:
  - 1 – Em formato digital: Word
  - 2 – Impresso em papel com as assinaturas dos responsáveis pelo preenchimento e com a data do preenchimento.



## Perguntas:

### 1. De modo geral, há alinhamento entre os órgãos estaduais participantes da execução penal (Poder Executivo, Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público)?

Explicação do quesito: marcar 'não' caso considere existir atritos consideráveis decorrentes da atuação de um ou mais órgãos que prejudique a atuação de outro

Sim

Não

Apesar de não haver no âmbito estadual uma política pública para o sistema prisional, os órgãos que participam do sistema atuam satisfatoriamente.

### 2. A audiência de custódia foi implantada no estado?

Sim

Não

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, através da Corregedoria-Geral de Justiça, editou o Provimento nº 01/2017, que regulamenta a Audiência de Custódia no âmbito da Comarca de Cuiabá.

### 3. Com relação ao sistema de execução penal, existe no estado regulamentação específica (legal ou infralegal) quanto a:

Medidas alternativas à prisão

Em caso positivo, especificar normativos (órgão regulamentador, numeração e data do diploma):

Monitoração eletrônica de pessoas



Em caso positivo, especificar normativos (órgão regulamentador, numeração e data do diploma):

Audiência de custódia

Provimento nº 01/2017, da Corregedoria Geral de Justiça do Estado.

#### **4. Foram instalados no estado Conselhos da Comunidade?**

Sim

Não

Existem Conselhos da Comunidade atuantes nos municípios de Água Boa, Alto Araguaia, Alto Garças, Araputanga, Arenópolis, Aripuanã, Barra do Bugres, Barra do Garças, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Chapada dos Guimarães, Colíder, Colniza, Comodoro, Cuiabá, Itiquira, Jaciara, Juara, Juína, Lucas do Rio Verde, Mirassol Doeste, Nobres, Nova Mutum, Nova Xavantina, Paranatinga, Pontes e Lacerda, Porto Alegre do Norte, Porto dos Gaúchos, Primavera do Leste, Rio branco, Rondonópolis, Santo Antônio do Leverger, Sinop, Sorriso, Tangará da Serra, Várzea Grande e Vila Bela da Santíssima Trindade.

#### **5. Em caso de resposta afirmativa ao item anterior, informe quantas visitas a estabelecimentos penais em cada comarca foram feitas nos últimos doze meses:**

Informação não fornecida pelo Poder Judiciário.

#### **6. Em caso de resposta afirmativa ao item 4, informe quantos relatórios foram enviados aos juízos de execução nos últimos doze meses:**

Informação não fornecida pelo Poder Judiciário.



**7. Em caso de resposta afirmativa ao item 5, informe quantos relatórios de Conselhos de Comunidade enviaram ao Conselho Penitenciário estadual nos últimos doze meses:**

Informação não fornecida pelo Poder Judiciário.

**8. O Poder Judiciário leva em consideração a situação do sistema de execução penal do estado no sentenciamento de indivíduos?**

Sim

Não

**9. O Poder Judiciário leva em consideração a situação do sistema de execução penal do estado na determinação da prisão preventiva?**

Sim

Não

**10. O Poder Judiciário leva em consideração a situação das unidades prisionais para concessão de benefícios e/ou progressão de regime?**

Sim

Não

**11. O Poder Judiciário tem acesso completo a informações do sistema prisional estadual?**

Explicação do quesito: entende-se por completo o acesso às informações de lotação, disponibilidade de vagas por regime e da condição de infraestrutura das unidades prisionais

Sim

Não



**12. Em caso de resposta positiva ao item anterior, como o Poder Judiciário obtém essas informações?**

- Por meio de acesso a sistema informatizado do Poder Executivo
- Por meio de sistema próprio alimentado pelo Poder Executivo
- Por meio de sistema próprio de alimentação própria
- Por meio de requerimento ao Poder Executivo (via ofício)
- Por iniciativa do Poder Executivo (remessa periódica ao Poder Judiciário)

Outras (especificar):

**13. Caso o Poder Judiciário não tenha acesso completo às informações, quais o órgão desconhece?**

- Lotação máxima das unidades prisionais
- Ocupação das unidades prisionais
- Disponibilidade de vagas de acordo com cada regime de cumprimento de pena
- Condição de infraestrutura das unidades
- Disponibilidade de monitoração por meio de tornozeleira eletrônica

Outras (especificar):



**Com relação ao Poder Executivo, responda às perguntas seguintes:**

**14. O Poder Judiciário é ouvido pelo Poder Executivo no planejamento de políticas relativas à execução penal no estado, de forma a apresentar oportunidades de melhoria no sistema de execução penal?**

Sim

Não

**15. O Conselho Penitenciário do estado manifesta-se em todos os casos de concessão de livramento condicional:**

Sim

Não

Em caso negativo, explicar o motivo:

Não há participação do Conselho Penitenciário nos processos de execução penal.

**16. Descreva a atuação do Poder Executivo do estado relativamente à execução penal, podendo utilizar como parâmetro os pontos abaixo:**

a) oportunidades de melhoria identificadas na atuação do órgão;

b) outras formas de interação do Poder Judiciário com o Poder Executivo; e

c) outras atividades importantes desempenhadas pelo Poder Judiciário relativas à execução penal.

Não houve manifestação do Poder Judiciário.



**Com relação à Defensoria Pública, responda às perguntas seguintes:**

**17. Os presos do estado têm acesso satisfatório à Defensoria Pública?**

Explicação do quesito: por satisfatório se entende acesso integral, gratuito e de fácil acesso

Sim

Não

**18. O Poder Judiciário nomeou, nos últimos 24 meses, defensores dativos em processo criminal por razão de falta de defensores públicos?**

Sim

Não

**19. Em caso de resposta afirmativa ao item anterior, informe em quantos processos a nomeação de defensor dativo se deu a título oneroso ao estado:**

Informação não fornecida pelo Poder Judiciário.

**20. Como ocorre o contato do preso com a Defensoria Pública?**

Explicação do quesito: marcar todas as opções que consistam em canais de acesso do preso à Defensoria Pública

Por intermédio do apoio provido pela unidade prisional (apoio jurídico ou administrativo aos custodiados)

Por nomeação de defensor público pelo juiz

Por meio de contato telefônico disponibilizado pela Defensoria Pública aos presos



- Por meio de visitas e/ou atendimentos presenciais dos defensores públicos nas unidades prisionais
- Por meio da família do preso, que procura a Defensoria Pública
- Por meio da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) ou de órgão equivalente, que recebe a demanda de assistência jurídica e oficia a Defensoria Pública

Outros (especificar):

**21. A Defensoria Pública obtém informações e dados relativos à execução penal para subsidiar sua atuação?**

Explicação do quesito: dados que permitam à Defensoria identificar pessoas que necessitam de apoio jurídico e atuar na defesa dos seus direitos, de forma a fiscalizar o adequado cumprimento da pena (término da duração da sentença, datas de concessão de benefícios, local de cumprimento da pena, cadastro do preso etc.)

- Sim
- Não

**22. Em caso de resposta afirmativa ao item anterior, como a Defensoria Pública obtém acesso às informações:**

- Por requerimento ao Poder Judiciário (ofício, email, processual ou outro)
- Por iniciativa do Poder Judiciário (ofício ou email)
- Por meio do acesso a sistema informatizado do Poder Judiciário
- Por meio de acesso a sistema do Ministério Público
- Por requerimento às unidades prisionais
- Por iniciativa das unidades prisionais
- Por requerimento à Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) ou órgão equivalente



Por iniciativa da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) ou órgão equivalente

Outro (especificar):

A Defensoria Pública não tem acesso aos dados por meio de qualquer sistema informatizado que permitam identificar pessoas que necessitam de apoio jurídico e atuar na defesa dos seus direitos, de forma a fiscalizar o adequado cumprimento da pena, esse acesso decorre das visitas que realizam nas unidades e contato de familiares.

**23. Em caso de resposta positiva ao item 18, quais informações o Poder Judiciário disponibiliza à Defensoria Pública:**

- Dados cadastrais dos presos
- Informações da pena (regime, duração da pena, data prevista para soltura, data prevista para progressão)
- Comportamento do indivíduo
- Se o indivíduo possui advogado particular constituído
- Local de cumprimento da pena

**24. Descreva a atuação da Defensoria Pública no estado, podendo utilizar como parâmetro os pontos abaixo:**

- a) oportunidades de melhoria identificadas na atuação do órgão;
- b) outras formas de interação do Poder Judiciário com a Defensoria Pública; e
- c) outras atividades importantes desempenhadas pela Defensoria Pública relativas à execução penal.

Não houve manifestação do Poder Judiciário.



**Com relação ao Ministério Público, responda às perguntas seguintes:**

**25. O Ministério Público leva em consideração a situação do sistema de execução penal do estado ao formalizar denúncias?**

Sim

Não

Há, por lei, obrigatoriedade do Ministério Público em oferecer a denúncia.

**26. O Ministério Público leva em consideração a situação do sistema de execução penal do estado ao manifestar-se a respeito da determinação de prisão preventiva?**

Sim

Não

**27. O Ministério Público leva em consideração a situação das unidades prisionais ao manifestar-se a respeito de concessão de benefícios e/ou progressão de regime?**

Sim

Não

**28. O Ministério Público tem acesso completo a informações do sistema prisional estadual?**

Explicação do quesito: entende-se por completo o acesso às informações de lotação, disponibilidade de vagas por regime e da condição de infraestrutura das unidades prisionais

Sim

Não



**29. Em caso de resposta positiva ao item anterior, como o Ministério Público obtém essas informações?**

- Por meio de acesso a sistema informatizado do Poder Executivo
- Por meio de acesso a sistema informatizado do Poder Judiciário
- Por meio de sistema próprio de alimentação própria
- Por meio de requerimento ao Poder Executivo
- Por iniciativa do Poder Executivo (remessa periódica ao Ministério Público)

Outras (especificar):

**30. Caso o Ministério Público não tenha acesso completo às informações, quais o órgão desconhece?**

- Lotação máxima das unidades prisionais
- Ocupação das unidades prisionais
- Disponibilidade de vagas de acordo com cada regime de cumprimento de pena
- Condição de infraestrutura das unidades

Outras (especificar):

**31. O Ministério Público estadual realiza vistorias ou fiscalizações periódicas a estabelecimentos penais?**

- Sim
- Não



**32. Descreva a atuação do Ministério Público do estado, podendo utilizar como parâmetro os pontos abaixo:**

- a) oportunidades de melhoria identificadas na atuação do órgão;
- b) outras formas de interação do Poder Executivo com o Ministério Público; e
- c) outras atividades importantes desempenhadas pelo Ministério Público relativas à execução penal.

Não houve manifestação do Poder Judiciário.

**Observações:**

- Apesar de insistentes solicitações ao Poder Judiciário, formalizadas por expediente do Conselheiro Relator, por e-mails, via telefone, por tentativa de agendamento de reunião com o Juizado Especial Criminal, a equipe de auditoria não logrou êxito em colher dados e informações para preenchimento deste Formulário;
- Os dados e informações registrados nas questões de auditoria deste Formulário foram relatados por esta equipe técnica, com base em respostas obtidas de outros órgãos envolvidos no sistema prisional, que também fazem parte da auditoria (Poder Executivo, Ministério Público e Defensoria Pública).

Cuiabá-MT, 24 de novembro de 2017.

**Oziel Martins da Silva**  
**Auditor Público Externo**  
**Coordenador da Equipe de Auditoria**

**Clóvis de Almeida Godoi Junior**  
**Auditor Público Externo**